

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TRÊS FRONTEIRAS LTDA – UNIFOZ

CONSTATAÇÃO PRÉVIA PARA FINS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo nº 0021890-83.2020.8.16.0030



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJD7H VV47H XCKEV 4SXTA

CONTATO

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 / (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 / (44) 9 9127-2968
Av. João Paulino Vieira Filho, 625, Sala 906
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP: 87020-015

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu – Estado do Paraná.

Dr. Marcos Antonio de Souza Lima

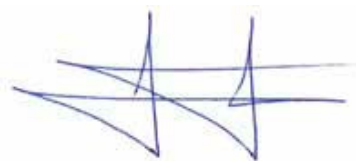
Em atendimento à Ilustre nomeação do Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, este Perito vem por meio do presente relatório, apresentar a **Constatação Prévia dos autos de Recuperação Judicial nº 0021890-83.2020.8.16.0030**, em que é Requerente Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA - UNIFOZ.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelo Requerente, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas por este Perito por meio da realização de inspeções físicas nas instalações da empresa e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de averiguar a regularidade da documentação técnica que instrui a petição inicial do Requerente, bem como as reais condições de funcionamento da empresa, de modo a conferir ao Ilmo. Magistrado condições mais adequadas para decidir sobre o deferimento ou não do processamento da Recuperação Judicial, nos moldes da **Recomendação 57 do CNJ**. Cumpre-se salientar que esta Perícia e demais documentos relacionados aos presentes autos estão disponíveis para consulta no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, este Perito permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 04 de novembro de 2020.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

ADMINISTRADORA JUDICIAL

CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195

Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES

OAB/PR nº 65.066



2020 Marques Administração Judicial

Constatação Prévia Para Fins De Recuperação Judicial

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TRÊS FRONTEIRAS LTDA – UNIFOZ



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. ATIVIDADES DO REQUERENTE	7
3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	9
4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	13
5. INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	29
6. ENDIVIDAMENTO	31
7. ANÁLISE FORMAL DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEI – ARTS. 48 E 51	40
8. DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL	45
9. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	47
10. CONCLUSÃO	50
11. GLOSSÁRIO	53
12. ANEXOS	55



1. SUMÁRIO EXECUTIVO



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Atividades do Requerente	A empresa Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ, teve início de suas atividades no ano de 1989, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, firmando seu crescimento no ramo de instituição de ensino superior dos cursos de direito, administração e hotelaria. Sua crise financeira teve origem com a crise econômica nacional, que culminou na diminuição de alunos, o que foi agravado pela pandemia do Covid-19, que por sua vez, ocasionou ainda o aumento de inadimplemento pelos alunos.
Informações Operacionais	A empresa Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ é formada por uma unidade de negócio, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. No momento da propositura da presente Recuperação Judicial, a empresa possuía o total de 117 (cento e dezessete) funcionários
Informações Financeiras	Cumpra salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verificase que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%.
Informações socioambientais	Não foi possível a realização de análise por este Perito acerca da natureza ambiental, regulatória, social e de propriedade intelectual da empresa Requerente, devido à ausência de documentação.
Endividamento	No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial a empresa Requerente, aos movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4 apresentou sua relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de R\$1.840.824,82 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos) . Ademais, quanto aos créditos não concursais, em análise as informações e documentações apresentadas pela Requerente, constatou-se a existência de débito no montante de R\$ 11.743.571,20 (onze milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos) .



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Análise Formal dos documentos exigidos pela Lei 11.101/2005 – Arts. 48 e 51	Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) restaram integralmente preenchidos . No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ restaram parcialmente preenchidos . No mesmo sentido, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, também restaram parcialmente preenchidos .
Da Consolidação Processual e Substancial	No caso dos autos não existe discussão noticiada acerca da possibilidade de consolidação processual ou substancial.
Informações Processuais	Na data de 04/09/2020 ocorreu o ajuizamento da RJ pelo Requerente. Ademais, em 09/09/2020 o Magistrado determinou a realização de emenda à inicial com a apresentação de diversos documentos. Em 06/10/2020 a empresa Requerente promoveu a emenda à inicial. Ainda, em 13/10/2020 o MM. Magistrado determinou a realização da Constatação Prévia, em consonância com a Recomendação nº 57 do CNJ, oportunidade na qual ocorreu a nomeação de Perito para realização dos trabalhos. Em 26/10/2020 houve a aceitação do múnus por este Perito.
Conclusão	Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) restaram integralmente preenchidos . No que tange aos requisitos do art. 48 da LFRJ restaram parcialmente preenchidos , e quanto ao art. 51 da LFRJ também restaram parcialmente preenchido . Acerca da consolidação processual e substancial no caso em tela não existe discussão noticiada. Com base na análise realizada minuciosamente por este Perito os índices contábeis e financeiros do Requerente demonstram eminente crise financeira. E por fim, conforme autos de constatação física anexo, a empresa Requerente encontra-se em devido funcionamento, conforme relatado.



2. ATIVIDADES DO REQUERENTE

2.1 HISTÓRICO DO REQUERENTE
2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJD7H VV47H XCKEV 4SXTA

Atividades do Requerente

A empresa Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ, teve início de suas atividades no ano de 1989, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, firmando seu crescimento no ramo de instituição de ensino superior dos cursos de direito, administração e hotelaria. Sua crise financeira teve origem com a crise econômica nacional, que culminou na diminuição de alunos, o que foi agravado pela pandemia do Covid-19, que por sua vez, ocasionou ainda o aumento de inadimplemento pelos alunos.

2.1 HISTÓRICO DO REQUERENTE

A empresa Requerente, **Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA**, cujo nome fantasia é UNIFOZ, foi fundada em 14 de abril de 1989, na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, sendo a instituição de ensino mais antiga da região.

A faculdade possui 3 graduações, quais sejam, direito, administração e hotelaria, bem como cursos de pós-graduação em diversas áreas de conhecimento, sendo que já formou mais de 5.000 (cinco mil) profissionais na área de direito, e aproximadamente 1.500 (um mil e quinhentos) profissionais na área de administração.

Outrossim, a Requerente teve início as suas atividades com 5 sócios, conforme previsão no contrato social, e atualmente, após decisão judicial dos autos de dissolução parcial de sociedade, o quadro societário da empresa é composto pelo único sócio administrador Sr. Sidney Cassio Barletta, que realiza a direção da empresa.

2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A crise econômico-financeira da empresa UNIFOZ, teve como ensejo diversos fatores, tais como a crise econômica nacional, que culminou no aumento do desemprego e, conseqüentemente, impossibilitando os alunos de custearem as mensalidades, a pandemia do Covid-19, ocasionou também o aumento da inadimplência dos alunos devido a diminuição de suas rendas.

Ainda, houve declínio do FIES, pelo atraso da concessão e renovação do benefício pelo Ministério da Educação, diminuindo assim as matrículas, aumentando o inadimplemento pelos alunos e encerramento de matrículas em meio ao curso. Ademais, houve o aumento da concorrência com a abertura de cursos de Direito e Administração em outras universidades da cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Não obstante, diante das dificuldades enfrentadas para pagamento de suas despesas pela insuficiência de capital de giro, o Requerente teve que recorrer à financiamentos junto as instituições bancárias, o que também não suportou o pagamento. Outrossim, a Requerente vem sofrendo com bloqueios de numerários em suas contas bancárias devido aos inúmeros processos judiciais em que figura no polo passivo.

Destarte, outra circunstância de grande relevância à crise enfrentada é a exclusão de um dos sócios da empresa Requerente, Sr. Lauro Santos do Nascimento, devido à perda do *affectio societatis* entre os sócios, o que foi objeto de Ação de Dissolução Parcial de Sociedade, autuada sob o nº 0010604-45.2019.8.16.0030, em trâmite perante a 3ª Vara Cível de Foz do Iguaçu/PR.

Ademais, cumpre salientar que em decorrência da queda de alunos, foi inviabilizado também o adimplemento dos aluguéis da sede da Requerente, razão pela qual os locadores ingressaram com Ação de Despejo, culminando na mudança de endereço de sua sede, o que agravou ainda mais a perda de alunos.

Frente a todos os fatos narrados, a Requerente pretende se socorrer aos benefícios da Recuperação Judicial buscando seu soerguimento econômico.



3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 DA CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
- 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.4 COLABORADORES



Informações Operacionais

A empresa Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ é formada por uma unidade de negócio, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. No momento da propositura da presente Recuperação Judicial, a empresa possuía o total de 117 (cento e dezessete) funcionários.

3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em análise a documentação apresentada pela Requerente e como bem observado pelo MM. Magistrado, fora constatado incongruência de informações acerca do quadro societário da empresa Requerente, contexto este que se passa a análise.

Diante da quebra do affectio societatis entre os sócios da Requerente, o sócio majoritário, Sr. Sidney Cassio Barletta em litisconsórcio ativo com a empresa Requerente, ajuizaram Ação de Dissolução Parcial de Sociedade, autuada sob nº 0010604-45.2019.8.16.0030, em trâmite perante a 3ª Vara Cível de Foz de Iguaçu/PR, em face do sócio minoritário Sr. Lauro Santos do Nascimento, que por sua vez detinha participação no quinhão de 10%, o qual corresponde em 171.428,00 quotas sociais, perfazendo o montante de R\$ 171.428,00 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais), com o fito de excluir do quadro social da empresa referido sócio minoritário, com a consequente apuração de haveres de suas quotas sociais, a ser tal valor abatido da eventual condenação em danos materiais e morais na ação em comento.

Frente a cumulação de diversos requerimentos formulados na exordial, o MM. Magistrado proferiu decisão interlocutória de julgamento parcial de mérito em 11/08/2020 (mov. 109), em que julga procedente o pedido de dissolução parcial de sociedade, com a exclusão do sócio Lauro Santos do Nascimento, determinando a apuração de haveres em processo apenso.

Ato subsequente, a empresa Requerente, ao mov. 131, requereu expedição de Ofício ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Foz do Iguaçu/PR, para que procedesse com a alteração do contrato social da empresa, no sentido de promover a exclusão do sócio Lauro dos Santos Nascimento, e registro da alteração da sede da empresa para Alameda Rui Ferreira, nº 164, Centro, CEP 85851-400, Foz do Iguaçu/PR.

No entanto, referido requerimento ainda não fora apreciado pelo MM. Magistrado, bem como não houve ainda, certificação quanto o trânsito em julgado da decisão parcial de mérito.

Ante ao exposto, verifica-se que ainda pende de regularização do contrato social da empresa Requerente, para que se promova a exclusão do sócio Lauro, nos termos da decisão de mov. 109, bem como a alteração do endereço de sua sede.

A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da composição societária da Requerente, na data da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, qual seja 04/09/2020:

Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (R\$)	Participação
Sidney Cassio Barletta	1.542.858	1.542.858,00	90%
Lauro Santos do Nascimento	171.428	171.428,00	10%
Total	1.714.286	1.714.286,00	100%

Fonte: Informações obtidas com o Requerente



Informações Operacionais

A empresa Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ é formada por uma unidade de negócio, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. No momento da propositura da presente Recuperação Judicial, a empresa possuía o total de 117 (cento e dezessete) funcionários.

3.2 DA CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA

Em sede de decisão de mov. 12.1, o Ilmo. Magistrado, para além da realização de constatação prévia em sintonia a recomendação nº 57/2019 do CNJ, determinou que este Perito esclarecesse se a Requerente constitui Sociedade Empresária, dada as informações divergentes constantes nos documentos acostados ao mov. 1.7 e mov. 1.5, visto que naquele foi acostada minuta de alteração de contrato social elaborada pela proponente **sociedade empresarial**, e neste compreende o cartão CNPJ obtido junto ao site da receita federal em que consta que a empresa Requerente se trata de uma **sociedade simples limitada**.

Importante salientar que a citada minuta do contrato social juntada ao mov. 1.7, ainda não foi arquivada no órgão competente, razão pela qual para todos os efeitos jurídicos e para fins de análises no presente relatório está sendo considerado o contrato social e suas alterações de mov. 10.4.

Em análise sumária prima facie, evidencia-se uma possível contradição entre os referidos documentos, dado que no ordenamento jurídico atual, as ditas sociedades simples se diferem das sociedades empresárias, na medida em que, nada obstante ambas objetivarem o lucro mediante o desenvolvimento de atividade econômica, aquela última o faz mediante atividade mercantil, representada pela organização dos chamados fatores de produção, em outras palavras, exercem a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços. Nestes termos, importante ressaltar que a Lei 11.101/2005 **se destina exclusivamente aos empresários individuais e as sociedades empresárias, excluindo-se a possibilidade de as Sociedade Simples requererem o benefício da Recuperação Judicial**, conforme se conclui pela cognição lógica da redação do artigo 1º do citado código.

Ultrapassadas as considerações preliminares imprescindíveis, veja-se que no caso em tela a Sociedade Requerente, **no início de sua história, foi constituída na forma de uma Sociedade Civil**, conforme estatuto social acostado ao mov. 10.4 (Fls. 1-11), entretanto em 10 de fevereiro de 2006, após o advento do então novel Código Civil, a sociedade ora em análise veio a alterar sua natureza jurídica para sociedade empresária, **consoante cláusula Décima Terceira da 1ª alteração Contratual (Mov. 10.4, Fls. 14)**, a qual transcreve-se infra:

DÉCIMA TERCEIRA: Deliberam os sócios quotistas, por unanimidade, alterar a natureza jurídica da sociedade, em virtude das disposições introduzidas pela Lei 10.406/02 (novo Código Civil brasileiro), **a qual passa a ser uma sociedade empresaria limitada**, assumindo a denominação de Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA. **O motivo pelo qual seus atos e documentos societários passam a ser registrados e/ou arquivados no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo da Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPR) e não mais no cartório de Registro das pessoas Jurídicas da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.** (Destacamos)

Ante o exposto, o que se verifica pela análise do contrato social e suas alterações, é que a Requerente se trata de sociedade empresária, no entanto realizava o registro de seu contrato social e alterações perante ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, fato este incongruente com a alteração contratual supracitada, bem como em inobservância ao disposto no art. 967 do Código Civil, em que prevê o necessário registro das sociedades empresárias no Registro Público de Empresas Mercantis de sua respectiva sede.

Outrossim, no tocante a questão primordial da matéria, o entendimento deste Perito é que a Requerente se trata de sociedade empresária, dado que para além das disposições expressas no contrato social, a mesma possui todos



Informações Operacionais

A empresa Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ é formada por uma unidade de negócio, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. No momento da propositura da presente Recuperação Judicial, a empresa possuía o total de 117 (cento e dezessete) funcionários.

os elementos de empresa, no entanto encontra-se irregular frente a ausência de registro perante a Junta Comercial do Paraná.

3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO

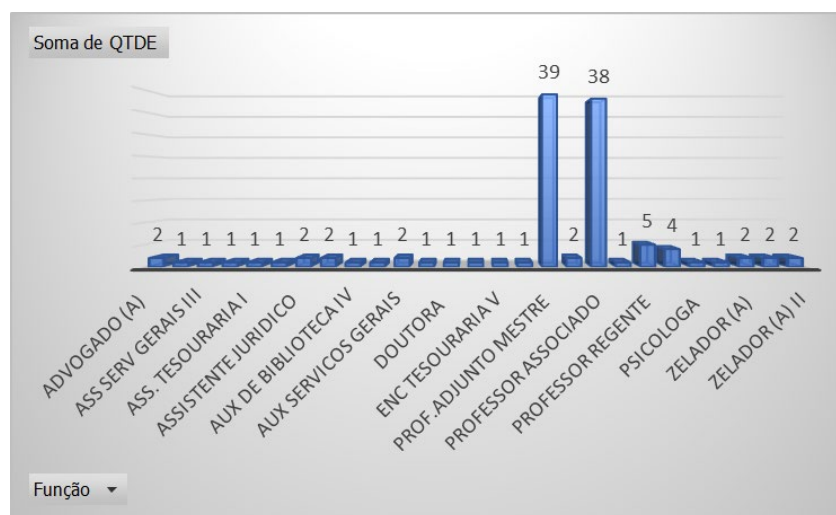
A empresa Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ possui a seguinte unidade de negócio:

Razão Social	CNPJ	Localidade
Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ	77.806.750/0001-80	Foz do Iguaçu/PR

Fonte: Informações obtidas com o Requerente

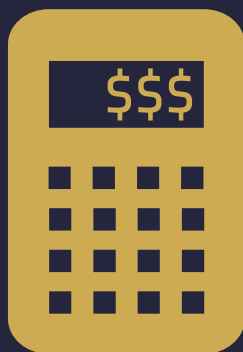
3.4 COLABORADORES

A empresa Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ é formada por uma unidade de negócio, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. No momento da propositura da presente Recuperação Judicial, a empresa possuía o total de 117 (cento e dezessete) funcionários, dispersos nas funções apresentadas a seguir:



Fonte: Sociedade de Educação Três Fronteiras LTDA – UNIFOZ

4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS



- 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 4.2 ATIVO IMOBILIZADO
- 4.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4.4 EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO
- 4.5 MARGENS (LUCRO BRUTO X LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO) E EBITDA
- 4.6 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
- 4.7 ÍNDICES FINANCEIROS



Informações Financeiras

Cumpra salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, o Requerente aos movs. 10.2, 22.2, 22.3, 22.4, apresentou suas demonstrações contábeis dos exercícios de 2017 a 2019, compostas pelo **Ativo e Passivo**, porém não foi apresentada a posição de suas contas do presente ano corrente, 2020, em dissonância ao art. 51, II LFRJ, conforme apresentado a seguir:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	dez-17	dez-18	dez-19
ATIVO			
Circulante			
Disponível	255.194,97	717.611,17	15.569,77
Clientes	39.599,16	51.583,80	138.999,60
Outros Créditos	1.029.395,15	304.233,89	334.814,94
Despesas do Exercício Seguintes	2.185,77	0,00	0,00
	1.326.375,05	1.073.428,86	489.384,31
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo	4.245.078,51	3.598.020,06	4.377.355,42
Investimentos	1.670,00	25.670,00	25.670,00
Imobilizado	903.646,76	883.260,26	904.060,26
	5.150.395,27	4.506.950,32	5.307.085,68
TOTAL DO ATIVO	6.476.770,32	5.580.379,18	5.796.469,99



Informações Financeiras

Cumpr salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	dez-17	dez-18	dez-19
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	1.156.117,75	15.220,41	6.228,00
Empréstimos Bancários	448.513,52	413.358,52	496.800,30
Obrigações Fiscais	4.070.252,06	5.609.617,33	7.578.315,70
Provisões	970.236,93	699.098,18	597.683,47
Credores	977.490,79	1.304.165,94	889.265,86
	7.622.611,05	8.041.460,38	9.568.293,33
Não Circulante			
REFIS/PAES/PAEX	6.160.176,55	5.921.358,75	5.921.358,75
Adiantamento de Sócios	2.040.485,79	726.639,69	726.639,69
	8.200.662,34	6.647.998,44	6.647.998,44
Patrimônio Líquido			
Capital Social	367.902,95	367.902,95	367.902,95
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-9.714.406,02	-9.476.982,59	-10.787.724,73
	-9.346.503,07	-9.109.079,64	-10.419.821,78
TOTAL DO PASSIVO	6.476.770,32	5.580.379,18	5.796.469,99



Informações Financeiras

Cumpr salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

4.2 ATIVO IMOBILIZADO

Complementar as informações apresentadas no item anterior, apresenta-se a seguir a posição do Imobilizado da Requerente em 31/12/2019, tendo em vista a ausência de informações atualizadas.

ATIVO IMOBILIZADO DA EMPRESA SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TRÊS FRONTEIRAS LTDA – UNIFOZ EM 31/12/2019

GRUPO	SUBGRUPO 1	SUBGRUPO 2	DESCRIÇÃO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	BENS EM OPERAÇÃO	BENS IMÓVEIS	Benfeitorias	792.625,45
			Outras Imobilizações	8.900,83
Total Bens Imóveis				801.526,28
GRUPO	SUBGRUPO 1	SUBGRUPO 2	DESCRIÇÃO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	BENS EM OPERAÇÃO	BENS MÓVEIS	Biblioteca	510.065,17
			Equipamentos de Comunicação	5.839,62
			Equipamentos de CPD - Hardware	-16.485,76
			Equipamentos de Segurança	33.912,00
			Instalações	21.138,74
			Móveis e Utensílios	-487.016,70
			Máquinas e Equipamentos	36.380,90
			Veículos	-1.299,99
Total Bens móveis				102.533,98
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO				904.060,26

Informações Financeiras

Cumpr salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

4.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) foi elaborada com base nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2017 a 2019 fornecidas pelo Requerente ao mov. 27.14, porém não foi apresentada a posição de suas contas do presente ano corrente, 2020, em dissonância ao art. 51, II, "c", LFRJ, conforme apresentado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	dez-17	dez-18	dez-19
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	8.741.875,23	7.427.719,00	5.248.927,01
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-532.055,09	-509.101,10	-370.591,96
IMPOSTOS SOBRE VENDAS/DEVOLUÇÕES	-532.055,09	-509.101,10	-370.591,96
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	8.209.820,14	6.918.617,90	4.878.335,05
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-488.442,87	0,00	0,00
(=) LUCRO BRUTO	7.721.377,27	6.918.617,90	4.878.335,05
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-8.221.058,07	-7.317.984,83	-5.862.234,24
(+/-) RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	-364.074,47	-277.562,90	-344.794,81
(+/-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-40.624,71	0,00	0,00
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	-904.379,98	-676.929,83	-1.328.694,00
(+/-) RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	0,00	0,00
(=) RESULTADO ANTES DA CS E IR	-904.379,98	-676.929,83	-1.328.694,00
(-) Provisão para IR e CSLL	-5.193,19	0,00	0,00
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	-909.573,17	-676.929,83	-1.328.694,00

4.4 EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO

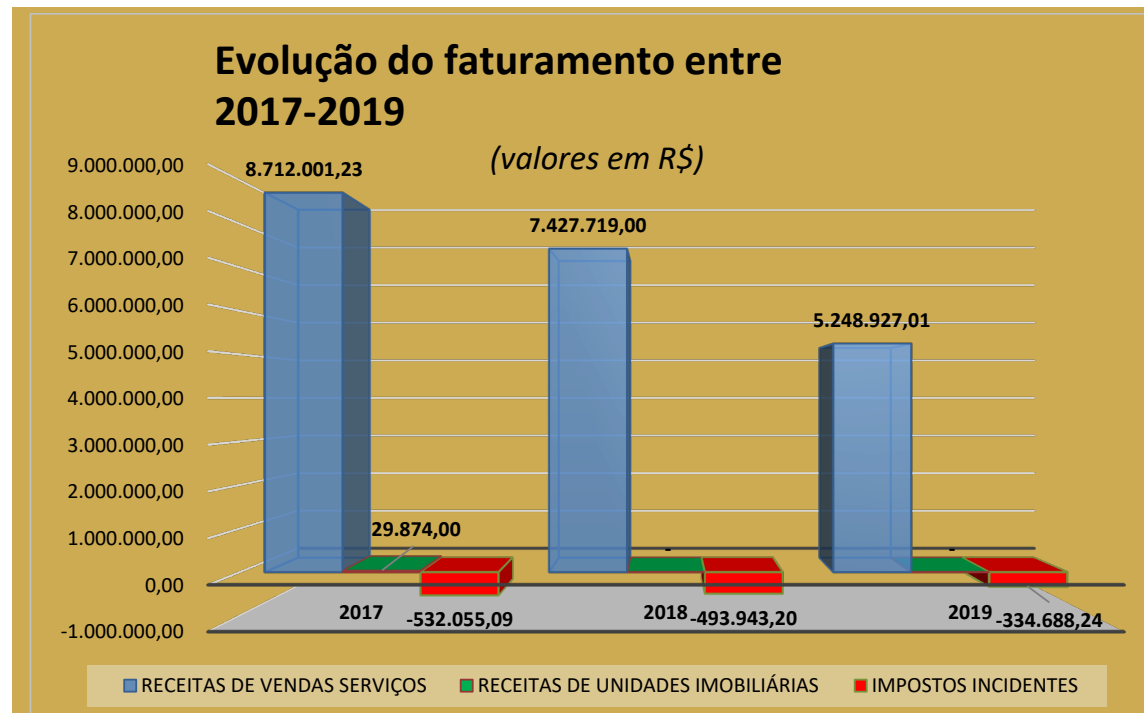
Realizamos a análise da evolução do faturamento da UNIFUZ com base nas DREs - Demonstração do Resultado do Exercício de 2017 a 2019 e comparando 2019 com 2018 a UNIFUZ, verificou-se redução no seu faturamento na ordem de 29,33% e comparando com 2017, período de maior faturamento, verifica-se uma redução de aproximadamente 40%, conforme apresentado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO FATURAMENTO	dez-17	dez-18	dez-19
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	8.741.875,23	7.427.719,00	5.248.927,01
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-532.055,09	-509.101,10	-370.591,96
IMPOSTOS SOBRE VENDAS/DEVOLUÇÕES	-532.055,09	-509.101,10	-370.591,96
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	8.209.820,14	6.918.617,90	4.878.335,05



Informações Financeiras

Cumpr salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%



Informações Financeiras

Cumpramos salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

4.5 MARGENS (LUCRO BRUTO X LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO) E EBITDA

Realizamos a análise da evolução das margens de resultado da UNIFOZ com base nas DREs - Demonstração do Resultado do Exercício de 2017 a 2019, conforme apresentado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	dez-17	dez-18	dez-19
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	8.741.875,23	7.427.719,00	5.248.927,01
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-532.055,09	-509.101,10	-370.591,96
IMPOSTOS SOBRE VENDAS/DEVOLUÇÕES	-532.055,09	-509.101,10	-370.591,96
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	8.209.820,14	6.918.617,90	4.878.335,05
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-488.442,87	0,00	0,00
(=) LUCRO BRUTO	7.721.377,27	6.918.617,90	4.878.335,05
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-8.221.058,07	-7.317.984,83	-5.862.234,24
(+/-) RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	-364.074,47	-277.562,90	-344.794,81
(+/-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-40.624,71	0,00	0,00
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	-904.379,98	-676.929,83	-1.328.694,00
(+/-) RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	0,00	0,00
(=) RESULTADO ANTES DA CS E IR	-904.379,98	-676.929,83	-1.328.694,00
(-) Provisão para IR e CSLL	-5.193,19	0,00	0,00
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	-909.573,17	-676.929,83	-1.328.694,00

Fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%, como detalhado no item 4.4. supra.

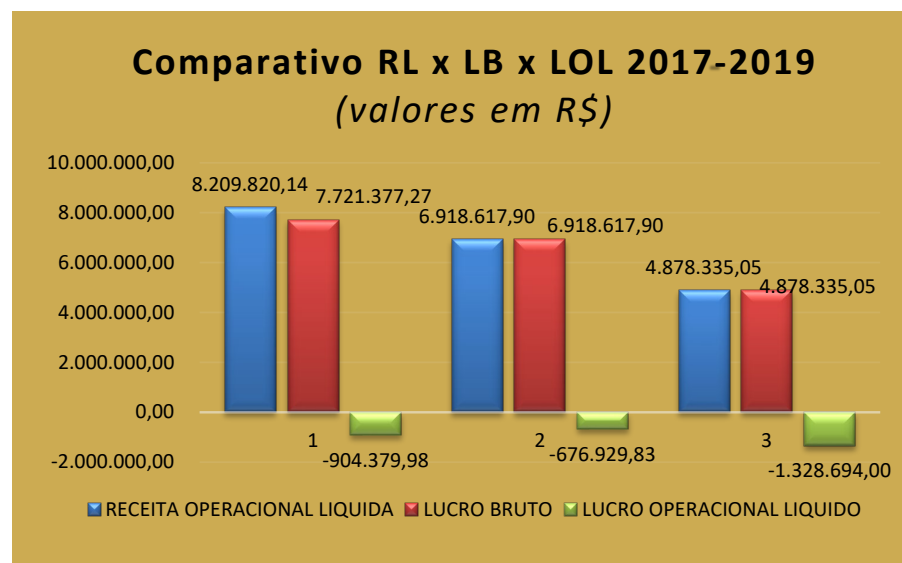


Informações Financeiras

Cumpra salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida** e o **Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

Esse reflexo também foi percebido em relação ao Lucro Operacional Líquido que tem sido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%):

DESCRIÇÃO	2017	2018	2019
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	8.209.820,14	6.918.617,90	4.878.335,05
LUCRO BRUTO	7.721.377,27	6.918.617,90	4.878.335,05
LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	-904.379,98	-676.929,83	-1.328.694,00
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	-909.573,17	-676.929,83	-1.328.694,00



Informações Financeiras

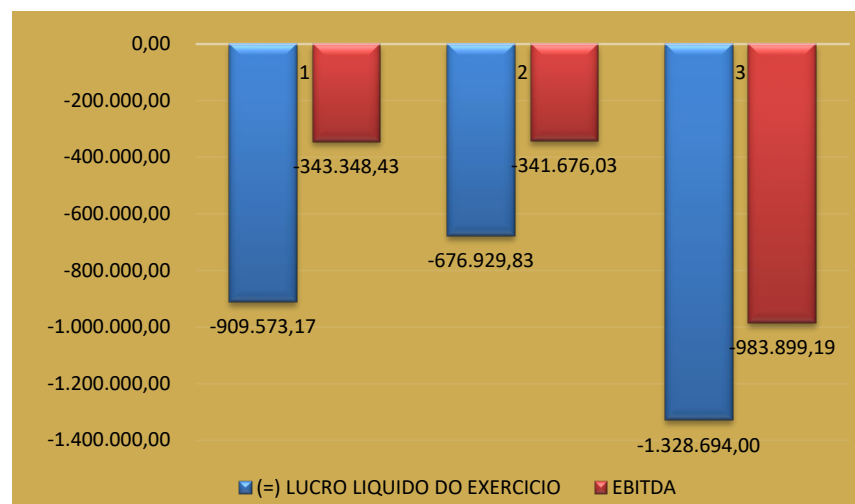
Cumpr salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

Como forma de propiciar uma análise mais apurada em relação ao resultado da UNIFOZ, realizamos o cálculo do LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, indicador mundialmente aceito para fins de acompanhamento do resultado das entidades, conforme apresentado a seguir:

TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DO EBITDA

ADIÇÕES PARA APURAÇÃO DO EBITDA	2017	2018	2019*
(+) Lucro Líquido Exercício (5)	-909.573,17	-676.929,83	-1.328.694,00
(+) Depreciação (1)	196.957,08	57.690,90	0,00
(+) Efeitos Financeiros (2)	364.074,47	277.562,90	344.794,81
(+) Tributos S/Lucro (3)	5.193,19	0,00	0,00
(=) Total Adições (4)	566.224,74	335.253,80	344.794,81
(=) EBITDA (4+5)	-343.348,43	-341.676,03	-983.899,19

Fonte: elaborado por este perito a partir das DFs da UNIFOZ e conforme orientações da Instrução CVM 527/2012



No balanço encerrado em 2019 (*) verificamos que não houve a contabilização dos valores de depreciação, não afetando a composição do indicador EBITDA, demonstrando, contudo, que o resultado da UNIFOZ ao longo do período analisado vem sendo deficitário na ordem média de aproximadamente 109% da sua Receita Operacional Líquida.



Informações Financeiras

Cumprе salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

4.6 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

O Requerente não forneceu para análise o DFC – Demonstrativo do Fluxo de Caixa realizado de 2017 a 2020, impossibilitando qualquer análise nesse sentido. Foi apresentado somente Fluxo de Caixa Projetado, porém para o período de 22/10/2020 a 31/12/2020 de forma complementar as informações contábeis retro mencionadas, conforme apresentado a seguir:



FLUXO DE CAIXA PREVISTO DE 22/10/2020 À 31/12/2020

DESCRIÇÃO	out/20	nov/20	dez/20	TOTAL GERAL
Previsão Geral de Entradas	122.331,76	203.651,00	216.651,66	542.634,42
Previsão geral de Saídas	-19.749,86	-219.235,34	-229.647,96	-468.633,16
Saldo entre Entradas e Saídas	102.581,90	-15.584,34	-12.996,30	74.001,26

Fonte: Resumo elaborado por este Perito a partir do demonstrativo enviado pela UNIFOZ



Informações Financeiras

Cumprе salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

4.7 ÍNDICES FINANCEIROS

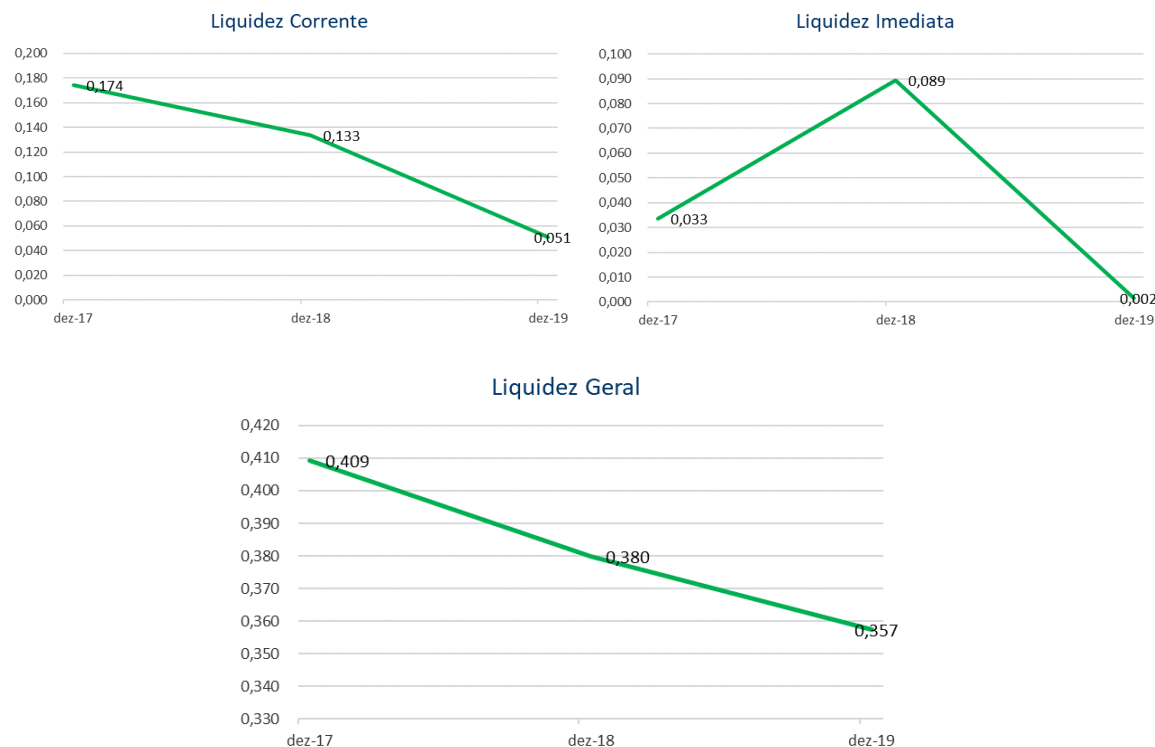
Apresentamos os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis fornecidos pelo Requerente relativo aos exercícios de 2017 a 2019 que foi anexo aos movs. 10.2, 22.2, 22.3, 22.4, em consonância ao art. 51, II LFRJ, conforme apresentado a seguir:

Índices de Liquidez							
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	dez-17	Índice	dez-18	Índice	dez-19	Índice
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	1.326.375,05	0,174	1.073.428,86	0,133	489.384,31	0,051
	Passivo Circulante	7.622.611,05		8.041.460,38		9.568.293,33	
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	255.194,97	0,033	717.611,17	0,089	15.569,77	0,002
	Passivo Circulante	7.622.611,05		8.041.460,38		9.568.293,33	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	6.476.770,32	0,409	5.580.379,18	0,380	5.796.469,99	0,357
	Passivo Circulante + Não Circulante	15.823.273,39		14.689.458,82		16.216.291,77	



Informações Financeiras

Cumpr salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida** e o **Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%



O índice de **liquidez corrente** é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente.

O índice de **liquidez geral** é um indicador de solvência tanto de curto prazo quanto de longo prazo.

O índice de **liquidez imediata** é uma variação dos índices anteriores, porém, considera-se somente o quanto a empresa tem de dinheiro no curtíssimo prazo, como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, como CDBs sem carência e fundos de investimentos com resgate de cotas de D+0.

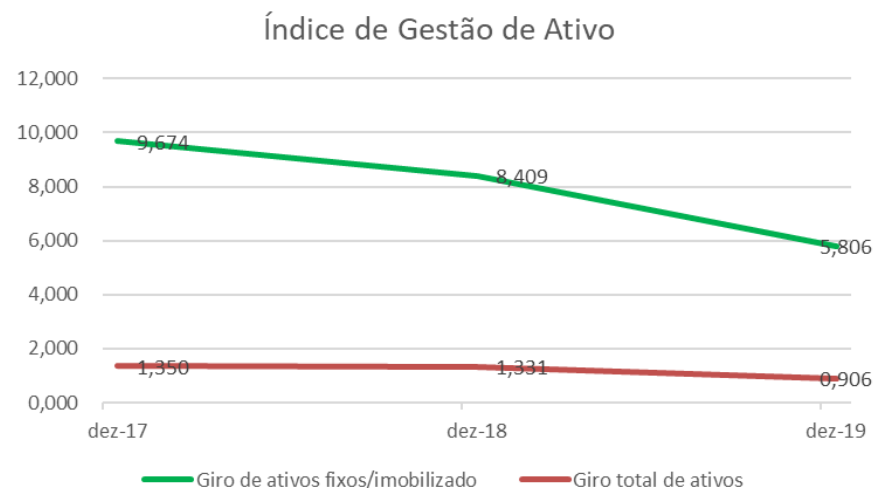
Analisando os índices de 2018 e 2019, verifica-se que o Requerente apresentou redução em todos os índices: **Liquidez Corrente (61,7%), Liquidez Imediata (98,2%) e Liquidez Geral (5,9%).**



Informações Financeiras

Cumprе salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

Índice de gestão de ativo							
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	dez-17	Índice	dez-18	Índice	dez-19	Índice
Índice de giro de ativos fixos/imobilizado	Receitas	8.741.875,23	9,674	7.427.719,00	8,409	5.248.927,01	5,806
	Ativo Imobilizado	903.646,76		883.260,26		904.060,26	
Índice de giro total de ativos	Receitas	8.741.875,23	1,350	7.427.719,00	1,331	5.248.927,01	0,906
	Ativo	6.476.770,32		5.580.379,18		5.796.469,99	



O índice de **giro de ativos** imobilizados mede a eficiência da empresa em relação ao uso de seu imobilizado. Ela indica como a empresa está usando seus ativos fixos, isto é, suas máquinas e equipamentos.

O índice de **giro do total** de ativos mede a eficiência com a qual a empresa utiliza todos seus ativos para gerar receitas. Ele indica o faturamento da empresa em comparação com o crescimento do ativo.

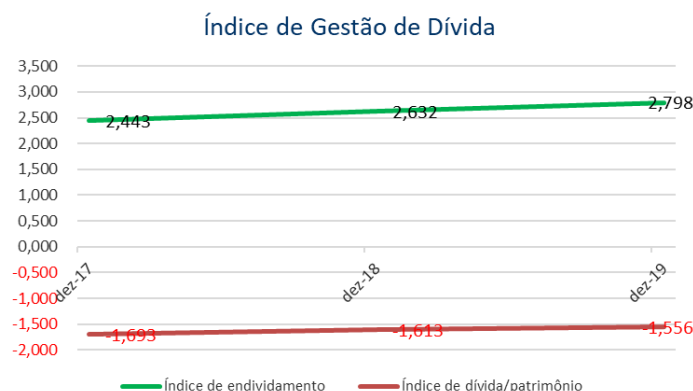
Os índices de Gestão do Ativo apresentaram redução no ano de 2019 em relação a 2018, conforme apresentado a seguir: **Giro de Ativos Fixos/Imobilizado (31%) e Giro Total de Ativos (32%)**.



Informações Financeiras

Cumpr salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

Índice de gestão de dívida							
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	dez-17	Índice	dez-18	Índice	dez-19	Índice
Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	15.823.273,39	2,443	14.689.458,82	2,632	16.216.291,77	2,798
	Ativo	6.476.770,32		5.580.379,18		5.796.469,99	
Índice de dívida/patrimônio	Passivo Circulante + ELP	15.823.273,39	-1,693	14.689.458,82	-1,613	16.216.291,77	-1,556
	Patrimônio Líquido	-9.346.503,07		-9.109.079,64		-10.419.821,78	



O índice de **endividamento**, também chamado de índice de endividamento total, é a relação entre o total de ativos e o total de passivos. Descrito em porcentagem, ele mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.

O índice de **dívida/patrimônio** informa quanto de patrimônio líquido a empresa tem para cada R\$ 1 de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda e não em percentual.

Verifica-se uma piora nos índices de **Endividamento** quando comparado 2018 a 2019, pois houve um aumento de **6,3%** se comparado com o último período.

Da mesma forma o Índice de **Dívida/Patrimônio** apresentou redução de **3,5%**, demonstrando um aumento do passivo da Requerente em relação ao seu Patrimônio Líquido que se encontra negativo na data de análise



Informações Financeiras

Cumpra salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

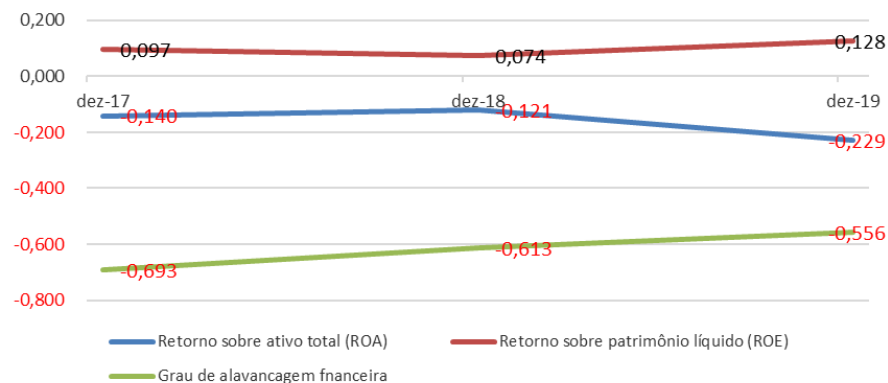
Índice de lucratividade e rentabilidade							
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	dez-17	Índice	dez-18	Índice	dez-19	Índice
Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	-909.573,17	-0,104	-676.929,83	-0,091	-1.328.694,00	-0,253
	Receita de Vendas	8.741.875,23		7.427.719,00		5.248.927,01	
Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	-904.379,98	-0,103	-676.929,83	-0,091	-1.328.694,00	-0,253
	Receita de Vendas	8.741.875,23		7.427.719,00		5.248.927,01	
Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	7.721.377,27	0,941	6.918.617,90	1,000	4.878.335,05	1,000
	Receita Operacional Líquida	8.209.820,14		6.918.617,90		4.878.335,05	
Índice de receita operacional/total de ativos	Lucro Operacional	-904.379,98	-0,140	-676.929,83	-0,121	-1.328.694,00	-0,229
	Ativo	6.476.770,32		5.580.379,18		5.796.469,99	
Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	-909.573,17	-0,140	-676.929,83	-0,121	-1.328.694,00	-0,229
	Ativo	6.476.770,32		5.580.379,18		5.796.469,99	
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	-909.573,17	0,097	-676.929,83	0,074	-1.328.694,00	0,128
	Patrimônio Líquido	-9.346.503,07		-9.109.079,64		-10.419.821,78	
Grau de alavancagem financeira	ROE	0,097	-0,693	0,074	-0,613	0,128	-0,556
	ROA	-0,140		-0,121		-0,229	



Informações Financeiras

Cumprir salientar que a empresa Requerente não forneceu suas contas contábeis do presente ano corrente, prejudicando assim a análise de suas condições financeiras atuais. Destarte, a Requerente teve Lucro Operacional Líquido negativo desde 2017 (-111,08%) tendo uma pequena melhora em 2018 (-109,79%) e piorou em 2019 (-127,24%). Ainda, fora constatado que a partir do ano de 2018 a diferença percebida entre a **Receita Operacional Líquida e o Lucro Bruto** que em 2017 foi de 94,05% relativo aos custos com Terceiros, foi zerada, ou seja, não houve mais a necessidade deste tipo de mão-de-obra, por outro lado verifica-se que neste momento a receita também começou a reduzir gradativamente, chegando a redução percebida em 2019 de aproximadamente 40%

Índice de Lucratividade e Rentabilidade



O **retorno sobre o ativo total** (em inglês, Return on Asset – ROA) também conhecido como retorno sobre o investimento, mede o retorno sobre o ativo total depois de juros e impostos. Este índice é considerado um dos mais importantes, pois indica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.

O **retorno sobre o patrimônio líquido** (em inglês, Return on Equity – ROE), indica quanto de prêmio os acionistas e proprietários estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, isto é, o patrimônio líquido.

O **grau de alavancagem financeira** (GAF) é um importante indicador do grau de risco do qual a empresa está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, identificando se a empresa está alavancada ou não.

Avaliando os índices de lucratividade e rentabilidade da Requerente, verificamos em dezembro/2018, comparado com o final de 2019, os resultados apresentados não são bons, demonstrando resultados negativos para praticamente todos os índices.

5. INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

5.1 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E REGULATÓRIAS

5.2 INFORMAÇÕES SOCIAIS

5.3 PROPRIEDADE INTELECTUAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJD7H VV47H XCKEV 4SXTA

Informações Socioambientais

Não foi possível a realização de análise por este Perito acerca da natureza ambiental, regulatória, social e de propriedade intelectual da empresa Requerente, devido a ausência de documentação.

5.1 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E REGULATÓRIAS

Em que pese tenha sido solicitado por este Perito, não foi fornecido pela empresa Requerente informações acerca de certificados e licenças, a exemplo de Alvará de Funcionamento; Licenças do Corpo de Bombeiros e Sanitária ou outras que se fizessem necessário à atividade desenvolvida pela UNIFOZ e que pudessem ser analisadas por este Perito.

Somente houve a inclusão no processo (mov. 10.8) da Certidão de Regularidade da UNIFOZ junto ao Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas emitido em 01/10/2020 onde verificasse que a Requerente se encontra registrada.

5.2 INFORMAÇÕES SOCIAIS

Não fora fornecido pela Requerente, quaisquer informações que propiciassem análises em relação a benefícios sociais gerados pela instituição além dos empregos gerados e discriminados no item 3.3 retro, relativo ao quadro funcional de 117 colaboradores.

5.3 PROPRIEDADE INTELECTUAL

Não foi apresentado pela Requerente quaisquer informações acerca da ativos ou direitos que pudesse ser considerado como propriedade intelectual e que pudesse agregar valor à atividade além dos dados fornecidos previamente pelo Requerente.



6. ENDIVIDAMENTO

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJD7H VV47H XCKEV 4SXTA

Endividamento

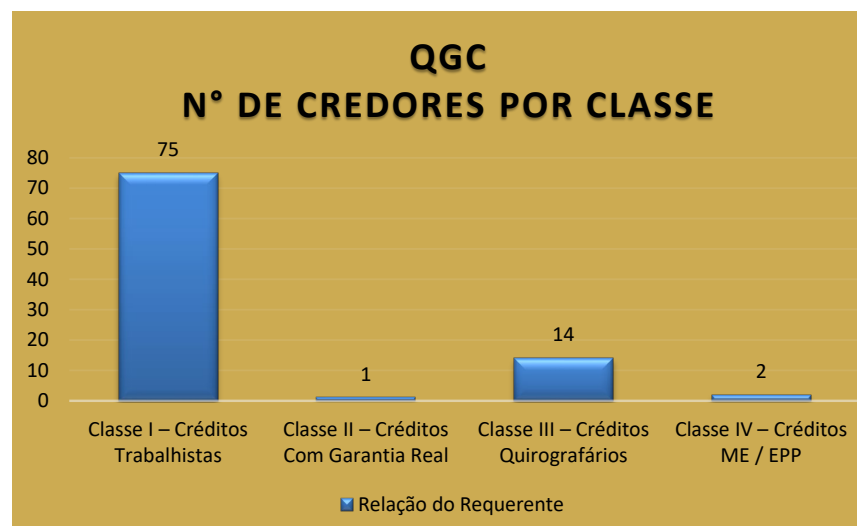
No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial a empresa Requerente, aos movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4 apresentou sua relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$1.840.824,82 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos)**. Ademais, quanto aos créditos não concursais, em análise as informações e documentações apresentadas pela Requerente, constatou-se a existência de débito no montante de **R\$1.743.571,20 (onze milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos)**.

6.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, bem como emendas realizadas pelo Requerente ao movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4, apresentou a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$1.840.824,82 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos)**. A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal da relação por classe de credores:

Classe	Moeda	Relação do Requerente	
		Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	75	735.629,15
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	1	662.641,92
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	14	408.025,75
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	2	34.528,00
Total		92	1.840.824,82

Fonte: Relação de Credores movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4.

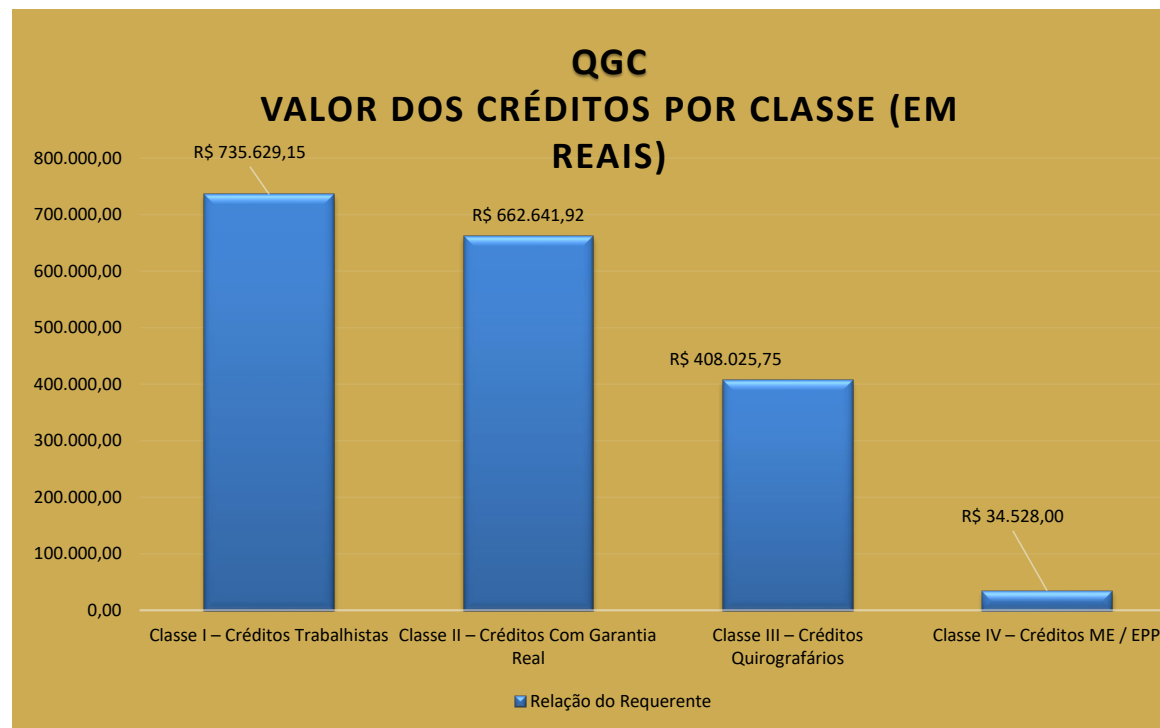


Fonte: Relação de Credores movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4.



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial a empresa Requerente, aos movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4 apresentou sua relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$1.840.824,82 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos)**. Ademais, quanto aos créditos não concursais, em análise as informações e documentações apresentadas pela Requerente, constatou-se a existência de débito no montante de **R\$1.743.571,20 (onze milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos)**.



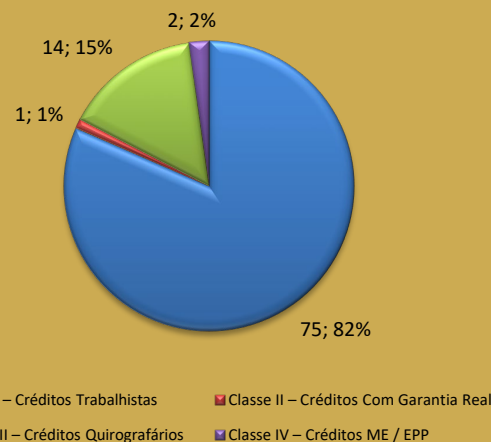
Fonte: Relação de Credores movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4.



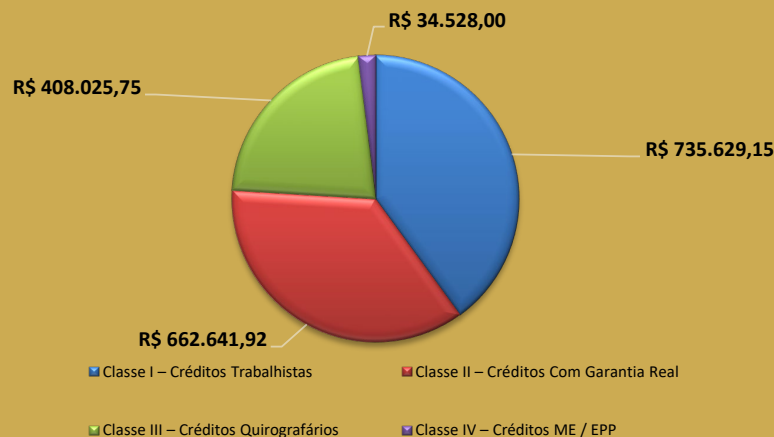
Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial a empresa Requerente, aos movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4 apresentou sua relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$1.840.824,82 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos)**. Ademais, quanto aos créditos não concursais, em análise as informações e documentações apresentadas pela Requerente, constatou-se a existência de débito no montante de **R\$1.743.571,20 (onze milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos)**.

COMPOSIÇÃO DO QGC N° de Credores Por Classe Relação do Requerente



COMPOSIÇÃO DO QGC Valor dos Créditos Por Classe (Em reais) Relação do Requerente



Fonte: Relação de Credores movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4.



2020 Marques Administração Judicial

Constatação Prévia Para Fins De Recuperação Judicial

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TRÊS FRONTEIRAS LTDA – UNIFOZ



Endividamento

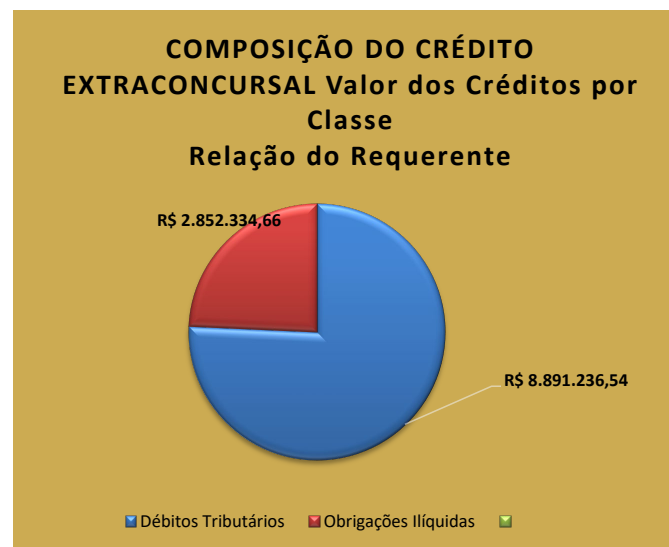
No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial a empresa Requerente, aos movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4 apresentou sua relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$1.840.824,82 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos)**. Ademais, quanto aos créditos não concursais, em análise as informações e documentações apresentadas pela Requerente, constatou-se a existência de débito no montante de **R\$1.743.571,20 (onze milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos)**.

6.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, o Requerente não informou precisamente os credores extraconcursais. Isto posto, em contato diretamente com o Requerente este Perito solicitou a relação de credores não concursais para elaboração da presente constatação. Desta forma, constatou a existência de débitos fiscais. No mesmo sentido, também indicando a existência de débitos trabalhistas ilíquidos advindos de ações reclamatórias trabalhistas. Não obstante, fora constatado a existência de tais débitos não concursais:

Natureza do Crédito Extraconcursal	Moeda	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Débitos Tributários	BRL	4	8.891.236,54
Contratos de Alienação Fiduciária	BRL	-	-
Cessão Fiduciária de Títulos / Direitos Creditórios	BRL	-	-
Arrendamentos Mercantis	BRL	-	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	BRL	-	-
Obrigação de Fazer, de Dar e/ou de Entregar	BRL	-	-
Obrigações Ilíquidas	BRL	31	2.852.334,66
Total		35	11.743.571,20

Fonte: Informações apresentadas pelo Requerente

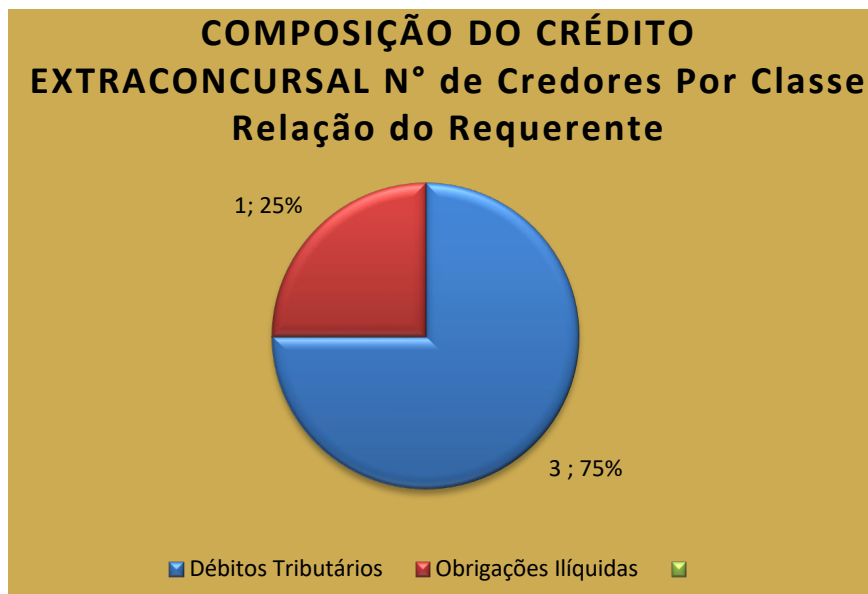


Fonte: Informações apresentadas pelo Requerente



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial a empresa Requerente, aos movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4 apresentou sua relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$1.840.824,82 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos)**. Ademais, quanto aos créditos não concursais, em análise as informações e documentações apresentadas pela Requerente, constatou-se a existência de débito no montante de **R\$1.743.571,20 (onze milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos)**.



Fonte: Informações apresentadas pelo Requerente



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial a empresa Requerente, aos movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4 apresentou sua relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$1.840.824,82 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos)**. Ademais, quanto aos créditos não concursais, em análise as informações e documentações apresentadas pela Requerente, constatou-se a existência de débito no montante de **R\$1.743.571,20 (onze milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos)**.

6.2.1 DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Os Requerentes anexaram ao processo informações de débitos Tributários no montante de R\$ 8.891.236,54 (oito milhões, oitocentos e noventa e um mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), relativo a débitos das empresas junto as esferas Municipais, Estadual e Federal (tópico 6.2) e que deveriam compor o saldo contábil da rubrica Débitos Fiscais.

Apesar de não ter sido disponibilizado os demonstrativos de 2020, verificamos que o saldo composto nesta rubrica ao final de 2019 é de R\$ 7,578 milhão, valor aproximado ao apurado por este Perito através da análise dos documentos apresentados (R\$ 8,891 milhão), **necessitando, portanto, que as requerentes atualizem seus demonstrativos contábeis para uma melhor comparação.**

6.2.2 CONTRATOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Inexistem contratos desta natureza.

6.2.3 CESSÃO FIDUCIÁRIA DE TÍTULOS/DIREITOS CREDITÓRIOS

Inexistem contratos desta natureza

6.2.4 ARRENDAMENTOS MERCANTIS

Inexistem contratos desta natureza.

6.2.5 ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO (ACC)

Inexistem contratos desta natureza.

6.2.6 OBRIGAÇÃO DE FAZER, OBRIGAÇÃO DE DAR E OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR

Inexistem contratos desta natureza.



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial a empresa Requerente, aos movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4 apresentou sua relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$1.840.824,82 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos)**. Ademais, quanto aos créditos não concursais, em análise as informações e documentações apresentadas pela Requerente, constatou-se a existência de débito no montante de **R\$1.743.571,20 (onze milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos)**.

6.2.7 OBRIGAÇÕES ILÍQUIDAS

CREDOR	CNPJ / CPF	NÚMERO DO PROCESSO	VALOR DO DÉBITO INDICADO PELA REQUERENTE
Allan Weston De Lima Wanderley	547.753.709-44	0000744-21.2019.5.09.0303	R\$ 204.281,48
Amarildo Britzius Redies	401.268.030-72	0000131-09.2020.5.09.0095	R\$ 87.500,00
Ana Cristina Rempel De Oliveira	066.220.319-40	0001189-39.2019.5.09.0303	R\$ 11.790,00
Eldo Ludvichak	040.656.079-06	0000358-96.2020.5.09.0095	R\$ 77.789,00
Fabiana Carolina Galeazzi	028.763.789-14	-	R\$ 36.445,00
Fabio Alexandre Sombrio	974.790.399-72	0000604-84.2019.5.09.0303	R\$ 241.375,38
Guilherme Martins Hoffmann	864.758.279-91	0000950-77.2019.5.09.0095	R\$ 160.000,00
Jaime Batista Da Silva	311.314.928-20	0000365-88.2020.5.09.0095	R\$ 32.182,63
Joelma Cristina De Sousa	931.231.249-91	0000455-88.2019.5.09.0303	R\$ 38.664,00
Jorge Da Silva Giulian	670.883.330-15	0000285-84.2020.5.09.0658	R\$ 53.619,00
Jose Joaquim Silveira	428.264.700-00	-	R\$ 67.716,44
Jose Wanderley Correia Simao	274.797.309-34	16484.62.2012.8.16.0030	R\$ 249.000,00
Manoela Marli Jaqueira	081.335.249-54	0001158-21.2019.5.09.0658	R\$ 43.597,00
Marcelo Alves Gomes	689.577.349-53	-	R\$ 144.790,00
Maria Eugenia	315.849.692-53	-	R\$ 27.822,91
Maria Jacira Pereira	165.981.050-72	0000953-92.2016.5.09.0303	R\$ 36.000,00
Maria Jacira Pereira	165.981.050-72	0000953-92.2016.5.09.0303	R\$ 151.736,78
Mario Chaise de Freitas	922.903.290-53	0000494-87.2019.5.09.0658	R\$ 14.435,98
Mario Cia	013.829.754-14	0000357-69.2020.5.09.0303	R\$ 57.831,00
Morena Silveira	011.715.816-02	-	R\$ 57.802,56
Robson Leandro Cardenas	040.829.679-82	0000663-74.2019.5.09.0658	R\$ 6.900,00
Rogério Irineo Ojeda	025.009.049-03	0000287-54.2020.5.09.0658	R\$ 332.567,00
Solange Cristina Maltezo	036.277.279-75	0001139-83.2017.5.09.0658	R\$ 40.000,00

Endividamento

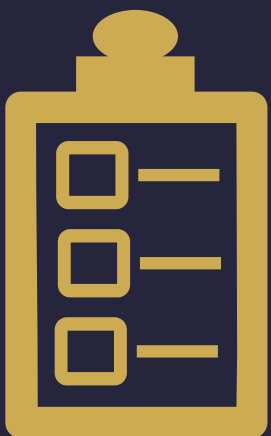
No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial a empresa Requerente, aos movs. 27.6 e 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4 apresentou sua relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$1.840.824,82 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos)**. Ademais, quanto aos créditos não concursais, em análise as informações e documentações apresentadas pela Requerente, constatou-se a existência de débito no montante de **R\$1.743.571,20 (onze milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos)**.

CREDOR	CNPJ / CPF	NÚMERO DO PROCESSO	VALOR DO DÉBITO INDICADO PELA REQUERENTE
Sindicato Dos Professores De Ensino Superior E Escolas Particulares Da Região De Foz Do Iguaçu	03.339.589/0001-45	0001011-40.2016.5.09.0095	R\$ 40.000,00
Tania Orona Betancor	003.898.459-81	0000973-23.2019.5.09.0095	R\$ 84.374,00
Telmar Carlos Schossler	648.142.629-49	0000966-31.2019.5.09.0095	R\$ 40.000,00
Tereza Cristina Teixeira Delgado	179.447.754-34	0000849-40.2019.5.09.0095	R\$ 375.593,00
Viviane Velter	042.016.829-00	-	R\$ 26.470,00
Vilmar Inacio Scherer	525.399.999-20	0000343-14.2020.5.09.0068	R\$ 88.474,13
TOTAL			R\$ 2.852.334,66



7. ANÁLISE FORMAL DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEI – ARTS. 48 E 51

- 7.1. REQUISITOS GERAIS
- 7.2. REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 11.101/2005
- 7.3. REQUISITOS DO ART. 51 DA LEI 11.101/2005



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) restaram integralmente preenchidos. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ restaram parcialmente preenchidos. Quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, também restaram parcialmente preenchidos.

7.1. REQUISITOS GERAIS

Segue infra a análise dos requisitos quanto aos arts. 1º e 3º da Lei 11.101/2005, bem como, a realização de inspeção física nos estabelecimentos comerciais por este Perito:

REQUISITOS GERAIS				
REQUISITO	REQUERENTE	STATUS	ANÁLISE	REFERÊNCIA
Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor.	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		O Requerente é pessoa jurídica constituída em 30/03/1989, inicialmente como sociedade civil, sendo alterada sua natureza jurídica para sociedade empresária em 10 de fevereiro de 2006.	Mov. 10.4
Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		O principal estabelecimento é "considerado o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresária sob o ponto de vista econômico" (AgInt no CC 147.714/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017). Visto que o Requerente tem apenas uma unidade, localizada na cidade de Foz do Iguaçu/PR o Juízo competente para processar o pedido de recuperação judicial é aquele desta comarca.	Mov. 10.4
Verificação in loco do estabelecimento da empresa	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Este Perito realizou a verificação do estabelecimento da empresa na data de 21/10/2020, conforme anexo 1, ocasião em que verificou que a mesma se encontra em funcionamento, conforme descrito na exordial.	Anexo 1



Atendido



Não atendido



Parcialmente atendido






Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) restaram integralmente preenchidos. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ restaram parcialmente preenchidos. Quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, também restaram parcialmente preenchidos.

7.2. REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 11.101/2005

Segue infra a análise detalhada dos requisitos quanto ao art. 48, incisos "I", "II", "III" e "IV" da lei 11.101/2005:

REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 11.101/2005				
REQUISITO	REQUERENTE	STATUS	ANÁLISE	REFERÊNCIA
Caput – exerça regularmente suas atividades há mais de dois anos.	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Requisito cumprido parcialmente, eis que embora a atividade empresarial tenha começado em 30/03/1989, inicialmente constituída na forma de sociedade civil, devidamente registrada perante ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, houve a alteração de sua natureza jurídica para sociedade empresária em 2006, ocasião na qual deveria ter sido realizado seu registro perante a Junta Comercial de sua sede, nos moldes disposto no art. 967 do Código Civil, o que não fora realizado.	Mov. 10.4
I - Não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Empresa não tem pedido de falência registrado, conforme certidão juntada nos autos.	Mov. 27.13
II - Não ter, há menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação.	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Empresa não tem pedido de Recuperação Judicial registrado além dos presentes autos, conforme certidão juntada nos autos.	Mov. 27.13
III - Não ter, há menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial com base plano especial de que trata a Seção V deste capítulo.	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Empresa não tem pedido de Recuperação Judicial registrado além dos presentes autos, conforme certidão juntada nos autos.	Mov. 27.13
IV - Não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta lei.	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Requisito cumprido conforme certidões negativas apresentadas nos autos.	Movs. 27.8, 27.9, 27.10 e 27.11

 **Atendido**  **Não atendido**  **Parcialmente atendido**

Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) restaram integralmente preenchidos. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ restaram parcialmente preenchidos. Quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, também restaram parcialmente preenchidos.

7.3. REQUISITOS DO ART. 51 DA LEI 11.101/2005

Segue infra a análise detalhada dos requisitos quanto ao art. 51, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", "VI", "VII", "VIII" e "IX" da Lei 11.101/2005:

REQUISITOS DO ART. 51 DA LEI 11.101/2005				
REQUISITO	REQUERENTE	STATUS	ANÁLISE	REFERÊNCIA
I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		A exposição da situação patrimonial do devedor, bem como as razões da crise econômica da empresa foram devidamente descritas pelo Requerente na petição inicial.	Mov. 1.1 e 10.1
II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Apresentação parcial dos documentos contábeis exigidos pela lei. Pendente de apresentação Demonstração de Resultados Acumulados dos exercícios sociais 2018, 2019 e do último exercício (2020); Relatório Gerencial de Fluxo de Caixa dos últimos 03 (três) últimos exercícios sociais.	Movs. 10.2, 27.2, 27.3, 27.4, 27.5 e 27.14
III – a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Requisito cumprido, tendo em vista a apresentação de Relação Nominal de Credores com as indicações pertinentes.	Movs. 27.6, 28.1, 28.2, 28.3 e 28.4



Atendido



Não atendido



Parcialmente atendido



2020 Marques Administração Judicial

Constatção Prévia Para Fins De Recuperação Judicial

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TRÊS FRONTEIRAS LTDA – UNIFOZ



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) restaram integralmente preenchidos. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ restaram parcialmente preenchidos. Quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, também restaram parcialmente preenchidos.

REQUISITOS DO ART. 51 DA LEI 11.101/2005				
REQUISITO	REQUERENTE	STATUS	ANÁLISE	REFERÊNCIA
IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Relação completa contendo todos os requisitos necessários.	Mov. 10.3
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Requisito parcialmente cumprido, diante da ausência de Certidão de Regularidade emitida pela JUSCEPAR, órgão este competente para registrar sociedades empresariais, nos moldes do art. 967 do Código Civil, e art. 1º, II, da Lei 8.934/1994. Foram apresentadas somente Contrato Social e alterações.	Movs. 10.4 e 10.8
VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Relação de bens do sócio administrador apresentada nos autos conforme requisito da lei.	Mov. 10.9
VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Juntada do extrato atualizado das contas correntes e saldos das contas do Requerente.	Movs. 10.5, 10.6 e 10.7
VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Juntada de certidão do Tabelionato de Protesto de Títulos de Foz do Iguaçu/PR, sede do Requerente.	Mov. 10.10
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ		Requisito parcialmente preenchido, tendo em vista que só fora apresentado pela Requerente, relação de ações trabalhistas e certidão negativa de feitos ajuizados criminais, ficando pendente a indicação das ações existentes no âmbito cível e justiça federal, ou em caso de inexistência, apresentação de certidão negativa de feitos ajuizados emitidas pelos órgãos competentes.	Mov. 1.19



Atendido



Não atendido



Parcialmente atendido



2020 Marques Administração Judicial

Constatção Prévia Para Fins De Recuperação Judicial

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TRÊS FROTEIRAS LTDA – UNIFOZ



8. DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL

8.1 ANÁLISE DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJD7H VV47H XCKEV 4SXTA

Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

No caso dos autos não existe discussão
noticiada acerca da possibilidade de
consolidação processual ou substancial.

8.1 ANÁLISE DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL

No caso dos autos não existe discussão notificada acerca da possibilidade de consolidação processual ou substancial.



9. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

7.1 ANDAMENTO PROCESSUAL
7.2 CRONOGRAMA PROCESSUAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJD7H VV47H XCKEV 4SXTA

Informações Processuais

Na data de 04/09/2020 ocorreu o ajuizamento da RJ pelo Requerente. Ademais, em 09/09/2020 o Magistrado determinou a realização de emenda à inicial com a apresentação de diversos documentos. Em 06/10/2020 a empresa Requerente promoveu a emenda à inicial. Ainda, em 13/10/2020 o MM. Magistrado determinou a realização da Constatação Prévia, em consonância com a Recomendação nº 57 do CNJ, oportunidade na qual ocorreu a nomeação de Perito para realização dos trabalhos. Em 26/10/2020 houve a aceitação do *múnus* por este Perito.

9.1 ANDAMENTO PROCESSUAL

As empresas ajuizaram seu pedido de Recuperação Judicial no dia 04/09/2020, ocorrendo durante o período sob análise os seguintes atos processuais nos autos:

Data	Evento	Mov.
04/09/2020	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial pelo Requerente Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ.	1
09/09/2020	Decisão em que determina ao Requerente que promova emenda à inicial com a apresentação de diversos documentos, a fim de dar cumprimento integral ao disposto no art. 51 da Lei 11.101/2005.	6.1
28/09/2020	Petição da Fazenda Nacional – UNIÃO, em que requer sua habilitação como terceira interessada para que possa acompanhar o prosseguimento do feito, tendo em vista que a Requerente é classificada como grande devedora. Ainda, dispõe sobre a necessidade de apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal pelo devedor em recuperação judicial.	9.1
06/10/2020	Juntada de Emenda à Inicial.	10
13/10/2020	Decisão inicial em que promove a nomeação deste Perito para realização de Constatação Prévia, em consonância a Recomendação 57 do CNJ, bem como para que esclareça as contradições existente entre os documentos anexados aos autos aos movs. 1.5 e 1.7.	12.1
26/10/2020	Manifestação deste Perito com a aceitação ao <i>múnus</i> para desempenho do nobre ofício nestes autos.	23.1
27/10/2020	Ciência exarada pela empresa Requite acerca do despacho de mov. 12.1.	26.1
28/10/2020	Juntada de documentos pela Requerente requeridos pela Administradora Judicial	27
28/10/2020	Juntada de Relação Nominal de Credores pela empresa Requerente	28



Informações Processuais

Na data de 04/09/2020 ocorreu o ajuizamento da RJ pelo Requerente. Ademais, em 09/09/2020 o Magistrado determinou a realização de emenda à inicial com a apresentação de diversos documentos. Em 06/10/2020 a empresa Requerente promoveu a emenda à inicial. Ainda, em 13/10/2020 o MM. Magistrado determinou a realização da Constatação Prévia, em consonância com a Recomendação nº 57 do CNJ, oportunidade na qual ocorreu a nomeação de Perito para realização dos trabalhos. Em 26/10/2020 houve a aceitação do *múnus* por este Perito.

9.2 CRONOGRAMA PROCESSUAL

04/09/2020	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (art. 51 LFRJ)		Publicação de Edital aviso de recebimento do PRJ e Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 53 e 7º, §2º LFRJ)
13/10/2020	Decisão de determinação de realização de Constatação Prévia, em consonância a Recomendação 57 do CNJ.		Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
04/11/2020	Juntada da Constatação Prévia		Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ)
	Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial (art. 52 LFRJ)		Decurso de prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra a Recuperanda - 180 dias após o deferimento da RJ, salvo eventuais prorrogações (art. 6º, §4º LFRJ)
	Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ)		Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ em AGC (art. 56, §1º LFRJ)
	Assinatura do Termo de Compromisso pela Administradora Judicial (art. 33 LFRJ)		Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
	Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)		Homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 LFRJ)
	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pela Recuperanda (art. 53 LFRJ)		Término do período de fiscalização judicial (art. 61 LFRJ)
	Apresentação da Relação de Credores elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ)		

Eventos ocorridos Eventos Futuros



2020 Marques Administração Judicial

Constatação Prévia Para Fins De Recuperação Judicial

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TRÊS FRONTEIRAS LTDA - UNIFÓZ



10. CONCLUSÃO



Conclusão

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) **restaram integralmente preenchidos**. No que tange aos requisitos do art. 48 da LFRJ **restaram parcialmente preenchidos**, e quanto ao art. 51 da LFRJ também **restaram parcialmente preenchido**. Acerca da **consolidação processual e substancial** no caso em tela não existe discussão noticiada. Com base na análise realizada minuciosamente por este Perito os índices contábeis e financeiros do Requerente demonstram eminente crise financeira. E por fim, conforme autos de **constatação física** anexo, a empresa Requerente encontra-se em devido funcionamento, conforme relatado.

10 CONCLUSÃO

Da análise realizada por esse Perito, depois de minuciosamente conferidos os documentos que instruíram o pedido de Recuperação Judicial, pode-se concluir da seguinte forma:

i) Requisitos Gerais (Subjetivos):

- Integralmente preenchidos.

ii) Requisitos do Artigo 48 (Objetivos):

- Parcialmente preenchidos. Não apresentados os seguintes requisitos:

1. Art. 48, caput LFRJ: Requisito cumprido parcialmente, eis que embora a atividade empresarial tenha começado em 30/03/1989, inicialmente constituída na forma de sociedade civil, devidamente registrada perante ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, houve a alteração de sua natureza jurídica para sociedade empresária em 2006, ocasião na qual deveria ter sido realizado seu registro perante a Junta Comercial de sua sede, nos moldes disposto no art. 967 do Código Civil, o que não fora realizado.

iii) Requisitos do Artigo 51 (Objetivos):

- Parcialmente preenchidos. Não apresentados os seguintes requisitos:

1. Art. 51, inciso II LFRJ: Requisito cumprido parcialmente, uma vez que pende a apresentação de Demonstração de Resultados Acumulados dos exercícios sociais 2018, 2019 e do último exercício (2020); Relatório Gerencial de Fluxo de Caixa dos últimos 03 (três) últimos exercícios sociais.

2. Art. 51, inciso V LFRJ: Requisito parcialmente cumprido, frente a ausência de Certidão de Regularidade emitida pela Junta Comercial do Paraná, devido a inexistência de registro.

3. Art. 51, inciso IX LFRJ: Requisito cumprido parcialmente, uma vez que pende a apresentação de Certidão de Feitos Ajuizados Cíveis e Justiça Federal.

iv) Da consolidação processual e substancial:

No caso dos autos não existe discussão noticiada acerca da possibilidade de consolidação processual ou substancial.

v) Índices Contábeis e Financeiros:

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelo Requerente em confronto aos documentos anexos ao processo, constatando que a contabilidade da requerente não se encontra atualizada, não estando disponível os balancetes e demais informações contábeis a partir de janeiro/2020, não sendo apresentado até o final das nossas análises.

Desta forma, foi realizado a análise dos indicadores financeiros e de faturamento e resultado do exercício para somente os anos de 2017 a 2020.

Quando analisado a posição fiscal e tributária do Requerente, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil, ressaltando que a análise foi limitada à solicitação



Conclusão

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) **restaram integralmente preenchidos**. No que tange aos requisitos do art. 48 da LFRJ **restaram parcialmente preenchidos**, e quanto ao art. 51 da LFRJ também **restaram parcialmente preenchido**. Acerca da **consolidação processual e substancial** no caso em tela não existe discussão noticiada. Com base na análise realizada minuciosamente por este Perito os índices contábeis e financeiros do Requerente demonstram eminente crise financeira. E por fim, conforme autos de **constatação física** anexo, a empresa Requerente encontra-se em devido funcionamento, conforme relatado.

de certidões e relatórios da posição fiscal da empresa na esfera Municipal, Estadual e Federal as quais não apresentaram valores que merecessem ressalva.

vi) Constatação Física da empresa Requerente:

Conforme auto de constatação física anexo, a empresa Requerente encontra-se em devido funcionamento, conforme relatado na exordial. Sendo observado e relatado as seguintes informações relevantes: A empresa está operando primordialmente em ambiente virtual, no entanto as atividades administrativas estão sendo realizados de forma presencial.



8. GLOSSÁRIO



Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Requerente – Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial
§ - Parágrafo



9. ANEXOS



Anexo I
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TRÊS FRONTEIRAS LTDA - UNIFOZ

Razão Social: Sociedade de Educação Três Fronteiras Ltda - UNIFOZ

Unidade: Única

Local: Alameda Rui Ferreira, nº 164, Centro, CEP 85851-400, Foz do Iguaçu/PR

Telefone: (45) 3574-2611

Horário de funcionamento: de segunda à sexta das 16:00h às 20:00h

CNPJ: 77.806.750/0001-80

Contato: Sra. Hilda da Silva

Estabelecimento Ativo

Atividades Principais da Unidade: Prestação de Serviços Educacionais.

Informações Adicionais:

- A empresa estava operando normalmente.
- A empresa estava operando primordialmente em ambiente virtual, no entanto as atividades administrativas estão sendo realizados de forma presencial.

Funcionários: 117 (cento e dezessete) funcionários.

Data e horário da realização da visita: 21/10/2020 às 13h



Anexo I

AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Fachada do estabelecimento comercial



Sala de Espera

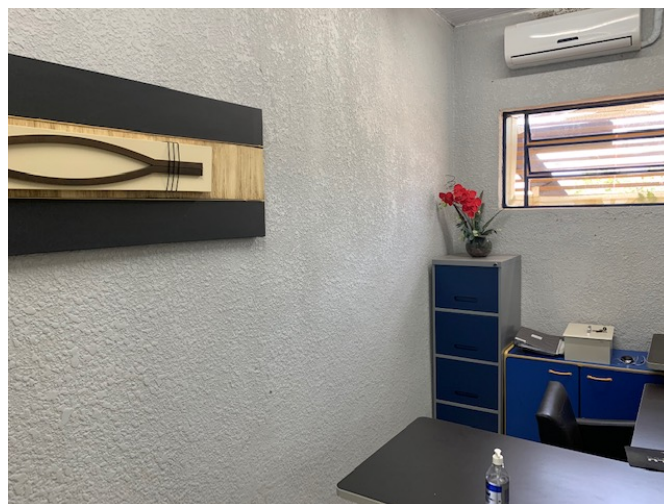


Anexo I

AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Sala dos Professores



Sala dos Professores 2

Anexo I
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Setor de Atendimento



Secretaria

Anexo I

AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Interior Secretaria



Sala de aula

Pátio da Faculdade



Pátio da Faculdade 2



Anexo I

AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Sala de Informatica



Anexo I

AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 / (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 / (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

f i y /marquesadmjudicial



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJD7H VV47H XCKEV 4SXTA